CADERNOS DO CEAS
Revista crítica de humanidades

# COOPERAÇÃO CHINESA PARA O DESENVOLVIMENTO: O CASO DE MOÇAMBIQUE

## *Chinese development cooperation: the case of Mozambique*

Tomé Fernando Bambo
Universidade Alberto Chipande – UNIAC, Moçambique

Adriana Schor
Universidade de São Paulo (USP), Brasil

**Informações do artigo**

Recebido em 14/04/2022
Aceito em 20/05/2022
doi>: https://doi.org/10.25247/2447-861X.2022.n255.p159-185

Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

**Como ser citado (modelo ABNT)**

BAMBO, Tomé Fernando; SCHOR, Adriana. Cooperação chinesa para o desenvolvimento: o caso de Moçambique. **Cadernos do CEAS**: **Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 47, n. 255, p. 159-185, jan./abr. 2022. DOI: https://doi.org/10.25247/2447-861X.2022.n255.p159-185

**Resumo**

Este artigo discute a cooperação internacional para o desenvolvimento da China em Moçambique nas primeiras duas décadas do século XXI. No contexto desta orientação, a literatura e os dados mostram não só a existência de um número crescente de iniciativas chinesas em Moçambique na seara agrícola, de infraestrutura, saúde e educação, mas a emergência de um novo padrão de cooperação. A cooperação chinesa se consubstancia numa agenda borrada entre projetos de cooperação para o desenvolvimento e investimentos, fato que abre espaço para crítica.

**Palavras-Chave:** China. Moçambique. Investimentos. Projetos. Cooperação para o desenvolvimento.

**Abstract**

This paper discusses China's international development cooperation in Mozambique over the first two decades of the 21st century. The collection in the literature and primary data shows not only the existence of a growing number of Chinese initiatives in Mozambique in the areas of agriculture, infrastructure, health, and education, but also the emergence of a new pattern of cooperation. Chinese cooperation takes the form of a blurred agenda between development cooperation projects and investments.

**Keywords:** China. Mozambique. Investments. Projects. Development cooperation.

## INTRODUÇÃO

As duas primeiras décadas do século XXI (2000-2020) serão, indubitavelmente, marcadas na história das Relações Internacionais e da Economia Política Internacional como período de grandes mudanças no sistema internacional, particularmente na esfera de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) enquanto campo idealizado no decurso da Guerra Fria para promover o progresso econômico e social entre nações. China, ao lado de Brasil, Índia, Arábia Saudita, Turquia e África do Sul, beneficiando-se das reformas políticas e econômicas internas, do crescimento econômico, da sua experiência de desenvolvimento como receptor de ajuda no passado recente e da melhoria dos seus programas de cooperação, procurou alterar o *status quo* da CID desenhada no período bipolar

do sistema internacional. Também tiveram papel importante, a conjuntura externa favorável decorrente do vazio deixado na África pelas grandes potências mundiais no pós-Guerra Fria, a perturbação do sistema internacional em consequência do atentado de 11 de setembro de 2001 aos Estados Unidos e a estabilidade macroeconômica mundial até a crise financeira de 2008.

China e demais países passam a se apresentar frente a outros países em desenvolvimento, dentre os quais os africanos, como parceiros com modalidades distintas da cooperação Norte-Sul (CNS), propondo possíveis soluções para os problemas de pobreza, saúde, educação, infraestrutura, deficiência institucional, dívida externa, deterioração dos termos de troca no comércio internacional, baixo índice de investimento externo direto (IDE) e de carência alimentar, que há anos o ocidente falhou em dar resposta através da tradicional cooperação Norte-Sul (STOLTE, 2015; ALDEN, 2013; ABDENUR; FONSECA, 2013).

Nota-se, nesse novo período, um aumento expressivo de número de missões diplomáticas chinesas na África, maior intercâmbio de visitas oficiais da China para África e vice-versa. Também incrementam o volume de comércio, de IDE e de projetos de cooperação para o desenvolvimento. Para simbolizar "a nova era de cooperação" com a África, são arquitetados novos arranjos diplomáticos, alguns dos quais válidos até hoje, como é o caso do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC) e o Fórum de Macau (HON *et al*., 2010).

Moçambique despontou no novo século com uma imagem contraditória. Por um lado, pode ser caracterizado por baixo perfil nos indicadores socioeconômicos, altas taxas de pobreza, altos níveis de mortalidade infantil, elevados índices de prevalência do HIV-AIDS, altos índices de analfabetismo, fortemente dependente da ajuda externa e assolado pela crise da dívida. Por outro lado, Moçambique viveu um período de crescimento econômico acelerado e passou a ocupar lugar de fornecedor global de matérias-primas. O país se tornou um dos destinos preferenciais da China na busca por parcerias para novas oportunidades e influência na África (CUNGUARA; HANLON, 2010; HOFMANN, 2015).

Em concomitância, o engajamento da China em Moçambique ganha receptividade no meio acadêmico, causando entusiasmos e debates que giram em torno de dois eixos antagônicos. Um primeiro eixo, constituído por uma literatura cética, acusa a China, assim como outros países do Sul Global, de serem "novos colonizadores" ou "imperialistas" (HOFMANN, 2015). No entender dessa literatura, a China estaria em Moçambique apenas para minar o progresso do país por meio de grilagem da terra, baseada em programas de

reassentamento em benefício dos seus agronegócios e espólio de recursos naturais, assemelhando-se ao imperialismo vivenciado no século XIX. Um segundo eixo opõe-se a esse argumento ao reconhecer China e outros emergentes como parceiros de Moçambique. Nesse sentido, seriam responsáveis por promover o desenvolvimento mútuo por meio de intercâmbio de recursos, tecnologia e conhecimento (CHICHAVA, 2010).

Dito isto, o presente artigo procura analisar a CID da China em Moçambique nas duas primeiras décadas do século XXI, com destaque para áreas de agricultura, saúde, educação e infraestruturas. Além do uso da literatura sobre o tema, recorreu-se a dados primários e secundários relativos a investimentos e projetos de cooperação chinesa em Moçambique, executados no período entre 2000 e 2020. Além da presente introdução, faz-se breve contexto histórico sobre o envolvimento da China no cenário moçambicano do século XXI. Na sequência são discutidas a peculiaridade da cooperação chinesa em Moçambique e as iniciativas desenvolvidas por Pequim em Moçambique e, ao final, são apresentadas as conclusões.

## CHINA EM MOÇAMBIQUE

A aproximação chinesa a Moçambique tem o seu marco inicial na luta de libertação nacional de Moçambique contra a dominação portuguesa (1964-1975), quando a República Popular da China, honrando com o seu compromisso de solidariedade para com os movimentos de libertação dos países africanos adotados em 1955 durante a conferência de Bandung, concede à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) treinos político-militares e víveres (GARCIA, 2020). Proclamada a independência de Moçambique a 25 de junho de 1975, a República Popular da China foi um dos primeiros países a reconhecer o Estado moçambicano, tendo, no mesmo dia, manifestado o seu interesse em estabelecer relações diplomáticas (ROQUE, 2009; CHICHAVA *et al.*, 2013). No domínio político, assiste-se, nesse período, ao intercâmbio de visitas oficiais da liderança de parte a parte (JANSSON; KIALA, 2009).

Não obstante avanços significativos demonstrados nos primeiros anos da independência nacional de Moçambique, Roque (2009) e Roque e Alden (2012) argumentam que tais relações tiveram certas inflexões nos anos subsequentes, cujo auge foi registrado entre finais da década de 1970 e início dos anos de 1980, com a saída do embaixador chinês

em Maputo, período no qual a China passou a se concentrar em suas reformas internas (MENEZES, 2013). Este distanciamento não significou o fim das relações políticas e diplomáticas, como afiançam Chichava (2010), Jansson e Kiala (2009) e Roque (2009). As relações sino-moçambicanas se mantiveram intactas, uma vez que a retração das relações não aconteceu apenas com Moçambique, mas com todo o continente africano.

Após o primeiro Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), realizado em outubro de 2000 em Pequim, a presença econômica chinesa em Moçambique e, em África no geral, intensificou-se, com diversos acordos bilaterais de cooperação técnica, empréstimos, investimentos, concessão de subsídios diretos para obras públicas e cancelamento de dívidas. Tal dinamismo levaria a liderança moçambicana a considerar Pequim como um parceiro estratégico inquestionável, histórico e ideal, movido apenas por espírito de ajudar Moçambique e o resto da África (CHICHAVA, 2010). Endossa o autor, as relações entre China e Moçambique são de natureza *win- win*, que oferecem benefícios mútuos entre os países. Feijó (2010) constata, ademais, que os discursos veiculados pelos quadros seniores governamentais tendem a destacar as boas relações diplomáticas entre os dois países, enfatizando que a China não impõe condicionalismos nos investimentos e projetos de cooperação.

Apesar de bom relacionamento e ganhos relativos para Moçambique em termos de impacto na balança comercial, infraestruturas, apoio à saúde e educação, o aumento da presença chinesa em Moçambique não tem sido sistematicamente elogiado. No domínio de exploração e exportação da madeira, comumente conhecida por *Chinese Takeaway*, este relacionamento tem sido objeto de controvérsias, merecendo críticas severas por parte dos diversos segmentos da sociedade moçambicana, dado ao impacto negativo adverso sobre o meio ambiente a longo prazo, ao baixo preço de aquisição da madeira, que torna o negócio menos lucrativo e menos vantajoso para Moçambique na promoção e no desenvolvimento de indústrias locais, na criação de empregos e na melhoria do bem estar das populações (MUIANGA; NORFOLK, 2017). Os chineses são criticados por praticarem caça e tráfico de animais selvagens, como o marfim do elefante ou a barbatana de tubarão, por pagar baixos salários e por agredir trabalhadores nos projetos de infraestruturas (FEIJÓ, 2010).

Muianga e Norfolk (2017) argumentam, ainda, que acordos de cooperação firmados em nível das instituições não são publicados, são secretos, não obstante a pressão de organizações da sociedade civil, o que abre espaço de manobra para especulações sobre a

conivência do Estado nos negócios chineses em troca de obras públicas e bolsas de estudos. Não obstante as críticas, como se referiu anteriormente, o governo moçambicano tem atribuído grande importância à cooperação com a China, considerando como parceiro histórico e ideal, movido meramente por espírito de ajudar Moçambique e o resto da África, dado que a ajuda chinesa não é condicionada por quaisquer requisitos sobre a governaça transparência e desempenho macroeconômico (CHICHAVA, 2012).

## COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO: A PECULIARIDADE CHINESA

A assistência chinesa foi adquirindo uma crescente peculiaridade dentro do paradigma de Cooperação para o Desenvolvimento arquitetado no decurso da Guerra Fria, em virtude desta agregar padrões complexos que incluem custos dos projetos de cooperação aos bens gerais, militares, despesas com os formandos na China, salários de peritos chineses enviados aos países beneficiários, bonificações de juros para empréstimos concessionais, bonificações para algumas despesas específicas de empresas chinesas envolvidas em projetos de investimento conjunto e cooperação financiada pela ajuda externa, taxas e despesas administrativas para empresas que executam projetos de ajuda (BRAUTIGAM, 2011).

Em Moçambique, tal assistência se traduz por meio de envio de equipes médicas chinesas em missões bienais, construção de estradas, pontes, ferrovias, aeroportos, estádio de futebol, assistência técnica agrícola, concessão de bolsas de estudos, concessão e remissão da dívida, trocas comerciais e investimentos. Na esfera de assistência financeira, por exemplo, a China cancelou um total de 52 milhões de dólares da dívida moçambicana dos quais, 22 milhões de dólares em 2001 e 30 milhões de dólares em fevereiro de 2007. Este montante corresponde, segundo Chichava (2012), a 87,1% da dívida contraída por Moçambique desde os anos de 1980. No decurso do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), realizado em 2015, na África do Sul, a China voltou a perdoar os juros não vencidos até aquela data e a baixar taxas de juro dos créditos a atribuir nos anos subsequentes (GARCIA, 2020).

Moçambique beneficiou-se desta anulação das dívidas devido às dificuldades que o país enfrentava para pagar a sua dívida externa. Na ocasião, Moçambique fazia parte de oito

países africanos[1] que mais ajuda recebiam da China, tendo estes países recebido mais de 80% dos empréstimos chineses concedidos à África, o segundo maior parceiro da China, depois de Angola, no seio dos Países Africanos de Língua Portuguesa (PALOP) e o quarto no seio dos países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), depois do Brasil, Portugal e Angola (CHICHAVA, 2012).

Para além de remissão da dívida, durante a visita a Moçambique em 2007, o Presidente chinês Hu Juntao prometeu ao governo de Moçambique um empréstimo no valor de 170 milhões de dólares sem juros. No seguimento dessa promessa, a China concedeu a Moçambique um empréstimo sem juros de 300 mil dólares para a reabilitação de infraestruturas destruídas por desastres naturais e uma doação de 1,5 milhões de dólares para as forças armadas moçambicanas (JANSSON *et al*., 2009; CHICHAVA, 2012).

Dados do Centro de Integridade Pública (CIP) apontam que, até no final do primeiro trimestre de 2020, a dívida de Moçambique perante a China era estimada em pouco mais de 2,10 bilhões de dólares, contra 886 milhões de dólares contraídas em 2015 e 45 milhões de dólares em 2010 (MIGUEL, 2020). No FOCAC de 2018, que teve lugar em Pequim, a China voltou a colocar à disposição dos pares africanos US$ 60 bilhões para os três anos subsequentes em crédito, a ser usado para oito áreas, incluindo a construção de mais infraestruturas e bolsas de estudos. Todavia, por razões internamente deliberadas, Maputo não concorreu a esse fundo (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2018).

Na vertente comercial, apesar da divergência de dados devido ao difícil acesso dos mesmos, há evidências de aumento do fluxo de comércio, que passou de US$ 48 milhões em 2002 para US$ 284,1 milhões em 2007 e deste para US$ 517 milhões em 2009, o que permitiu à China sair de 27º lugar tido em 2001 para 2º em 2008, no conjunto dos maiores parceiros comerciais de Moçambique (ROQUE, 2009 CHICHAVA, 2010). Tal incremento também se refletiu na segunda década do século XXI, passando a China a se posicionar em 5º lugar em 2017, e em 3º em 2019, como o maior destino das exportações moçambicanas, com 5,35% e 6,94%, respectivamente. No mesmo período, observou-se uma tendência crescente das importações moçambicanas a partir da China. Apenas em 2020, 8,5% das importações

[1]Os outros países são Angola, Congo-Brazzaville, República Democrática do Congo, a Etiópia, a Guiné Equatorial, Gana, Sudão, Zimbabwe e Zâmbia.

moçambicanas (US$ 161,5 milhões) vieram da China (INE, 2019; INE, 2020; GARCIA, 2020). Esse expressivo aumento do volume do comércio bidirecional, na ótica de Abdenur (2015), Roque e Alden (2012) e Jansson e Kiala, (2009), foi impulsionado pela demanda chinesa de obter *commodites* para sustentar o seu crescimento econômico orientado para exportação, principalmente em 2008, devido à crise mundial que resultou na diminuição das importações dos bens chineses pelo mundo ocidental, pela assinatura do Acordo de Comércio, Promoção e Mútua Proteção do Investimento, a criação de Comissão Econômica e Comercial Conjunta em 2001, bem como devido à política de liberalização comercial da China a 466 produtos exportados por Moçambique.

É, todavia, nos projetos de infraestruturas que a China assume grande protagonismo em Moçambique, manifesta, sobretudo, na construção de edifícios públicos, estádio de futebol, pontes, estradas e construção e reabilitação dos sistemas de abastecimento de água (NIELSEN, 2012). Para o autor, até 2012, existiam em Moçambique mais de 100 empresas chinesas de construção civil, das quais, 30 encontravam-se sediadas em Maputo e ofereciam melhores preços que as companhias de construção sul-africanas, portuguesas e outras companhias estrangeiras em concursos públicos internacionais organizados pelo Governo ou pelo Banco Mundial. Dados apresentados por Paula Cristin Roque (2009) revelam que, de 2001 a 2004, os créditos concessionais para infraestrutura foram de US$ 15,6 milhões, com reembolso previsto entre 2013 e 2025. A depreender-se pelo volume dos fundos desembolsados e pela agressividade em ternos de baixos preços oferecidos nos concursos, a autora defende ser a área de obras e infraestrutura que o foco da agenda de cooperação da China em Moçambique prioriza (ROQUE, 2009).

Para a China, a construção de infraestrutura constitui o pilar da sua estratégia para o desenvolvimento dos seus parceiros. Várias são as razões que têm sido apresentadas na literatura como possíveis justificativas da estratégia de cooperação chinesa em infraestrutura em Moçambique. Roque (2009) afigura que, depois da "guerra civil de 16 anos" terminada em 1992, que deixou infraestruturas econômicas e sociais do país arruinadas, Moçambique necessitava de edifícios para fazer funcionar suas instituições e de infraestruturas sociais e econômicas para aumentar a dinâmica da economia do país, para além de melhorar as condições sociais. Alguns autores desafiam essa abordagem, uma vez que Moçambique parece não ser o único país africano onde a cooperação chinesa para o desenvolvimento subjaz na construção. Em Angola, Guiné-Bissau, Etiópia, Nigéria, Sudão, Zâmbia só para citar

alguns, nota-se fortemente a presença chinesa nas obras de construção (MENEZES, 2013; BRAUTIGAM, 2011).

A construção de infraestruturas pelo governo chinês em Moçambique, em troca de petróleo, concessões para exploração de recursos florestais (madeira), exploração de recursos pesqueiros e outros tipos de recursos naturais, parece ser uma estratégia de política externa voltada para o desenvolvimento da própria China. Uma vez que, em Moçambique, ainda não há registros que dão conta sobre a descoberta de poços de petróleo em quantidades comercializáveis, a política externa de Pequim tende a não se basear na estratégia O*il For Infrastructure*, mas a pautar-se em troca de *Other Resouces For Infrastructure*, tais como recursos florestais e marítimos. Acresce-se que estaria por trás da construção de infraestruturas na agenda de cooperação chinesa com Moçambique, a importação de material de construção e de recursos humanos da China. Este fato é evidenciado por Feijó (2010) que afiança que a maioria das empresas chinesas em Maputo opera com um número de funcionários estrangeiros claramente acima da quota estipulada. Em muitas empresas, sobretudo no setor da construção civil, a proporção de trabalhadores chineses apresenta-se próxima dos 40% relativamente ao total de efetivos.

Em suma, a CID da China com Moçambique caracteriza-se por não exigir condicionalismos de ordem política e econômica, o que, por um lado, não agrada os países ocidentais e, por outro lado, já se levantam vozes em Moçambique críticas da presença chinesa que alertam para as consequências de um endividamento excessivo face à China, que se inquietam com o caráter predatório dos investimentos chineses e com a falta de transparência na concessão dos mesmos e violação dos direitos laborais.

## O CASO DA CHINA EM MOÇAMBIQUE: PROJETOS DE COOPERAÇÃO

No que diz respeito aos projetos de cooperação para o desenvolvimento, a presença chinesa em Moçambique se destacou nos setores de agricultura, saúde, educação e infraestruturas.

### Agricultura

Na seara da agricultura, a China procurou, nas duas primeiras décadas do século, mostrar a sua presença em solo moçambicano com a assinatura de diversos instrumentos de

cooperação entre o Ministério da Agricultura da China e o Ministério de Agricultura e Segurança Alimentar (MASA) de Moçambique, dos quais, destaca-se o acordo que autoriza a construção do Centro de Demonstração Tecnológica Agrícola do Umbelùzi (ATDC, sigla inglesa). Constitui um dos 23 centros criados por China em África, no âmbito das promessas do então presidente Hu Jintao durante o terceiro FOCAC em 2006. Para além de Moçambique, a China construiu os ATDC no Benin, Camarões, Congo, Etiópia, Libéria, Ruanda, África do Sul, Sudão, Tanzânia, Togo, Uganda, Zâmbia, Zimbabwe e Madagascar (ZHOU; HE, 2014).

Inaugurado em julho de 2011, o ATDC do Umbelùzi, província de Maputo, constitui a principal bandeira de cooperação chinesa em Moçambique (JIANG *et al*, 2016). Este centro teve o financiamento do governo chinês no valor US$ 6 milhões, concedido em forma de donativos e visa atingir os seguintes objetivos declarados: testar a variedade de sementes chinesas e a sua adequação às condições agroecológicas locais de forma a dar resposta à insegurança alimentar do país, introduzir a nova tecnologia, promover a investigação, a educação e o treinamento (CHICHAVA, 2011).

Pode-se citar também o memorando de entendimento de 2014 e o acordo de cooperação firmado entre a Academia Chinesa de Ciências Agrárias Tropicais (CATAS) e o MASA, por meio do seu Instituto de Fomento do Caju (INCAJU). No quadro desse arranjo, 25 extensionistas e investigadores moçambicanos receberam formação em matérias de gestão integrada de pestes e doenças de cajueiros e 271 produtores e técnicos do INCAJU tiveram formação sobre a transferência de tecnologias para a produção da castanha de caju (ZHOU; HE, 2014; MASA, 2018).

A par disso, destaca-se o projeto Wanbao, localizado em Xai-Xai, província de Gaza. A iniciativa está enquadrada no processo de globalização da economia mundial integrada no *agribusiness* através da expansão de empresas multinacionais que procuram produzir *commodities* em países com vantagens comparativas em mão–de-obra barata, facilidades de investimentos e de escoamentos dos produtos para centros comerciais. O projeto recebeu, em 2010, cerca de 1000 hectares de terra considerados em desuso para a produção de arroz, num investimento estimado de US$1,2 milhões (XU *et al*, 2016; MADUREIRA, 2014).

Dada as dificuldades financeiras e materiais que Hubei Lianfeng Overseas atravessava na altura, esta decidiu repassar o projeto para Wanbao Grains & Oils, uma empresa privada chinesa que, por via negocial, foi autorizada a assumir o desenvolvimento e construção da

"Fazenda da Amizade", por um período de 50 anos. Com um investimento de US$95 milhões, Wanbao concluiu, de forma exitosa, o desenvolvimento e construção da primeira fase, a exploração experimental de amostra de 750 hectares. A empresa também se comprometeu a transferir tecnologia, com o objetivo de beneficiar os pequenos agricultores em Moçambique. Para tal, foi criado um centro de formação técnica agrícola para dar formação sobre tecnologias chinesas de produção de arroz aos agricultores locais e promover técnicas avançadas de cultivo. Contudo, para que os agricultores locais se beneficiassem da transferência de tecnologia, esses deviam se organizar em uma associação. Foi assim que surgiu a Associação dos Agricultores e Regantes do Bloco de Ponela para o Desenvolvimento Agro-Pecuário e Mecanização Agrícola de Xai-Xai (EKMAN, 2012, BRAUTIGAM; EKMAN, 2012).

Wanbao é visto pelo governo moçambicano como uma nova esperança para cobrir o déficit de arroz no país. Com a ajuda de especialistas chineses em arroz, os agricultores locais viram os seus arrozais produzir cinco toneladas por hectare, duas toneladas a mais do que os rendimentos anteriores. Em 2013, a empresa anunciou um plano de cinco anos para expandir para 8000 hectares a produção de arroz e mais 2000 hectares, de cana-de-açúcar, criando um cluster de agro processamento. Atualmente a empresa está em plena produção, enfrentando poucas críticas devido a iniciativas de responsabilidade social desenvolvidas pela empresa, como é o caso da construção de infraestruturas como estradas e pontes, fundamentais para o próprio projeto, assim como escolas, um centro de saúde e uma esquadra de polícia e a criação de 400 postos de trabalho diretos e 1500 indiretos, entre chineses e moçambicano (MADUREIRA, 2014).

Além do arroz, as empresas chinesas, por meio do Fundo de Desenvolvimento China-África, vêm investindo conjuntamente em projetos de plantação e processamento de algodão num modelo que se baseia em parceria com agricultores familiares. A China acredita que este modelo de gestão baseado em negócios pode servir como um instrumento eficaz para buscar a sustentabilidade da ajuda. Na nova fase da cooperação agrícola, não só as empresas estatais, mas também, cada vez mais, empresas agrícolas privadas estão a investir em Moçambique, o que tem dado novo ímpeto ao desenvolvimento agrícola do país (BRÄUTIGAM; ZHANG, 2013).

Fora das iniciativas atrás arroladas, a China, através do seu banco de exportações e importações, China Exim Bank, concedeu ao governo moçambicano vários empréstimos com

o objetivo de reabilitar e desenvolver infraestruturas agrícolas em regiões consideradas críticas para dinamizar o setor. Os empréstimos chineses ao sector agrícola moçambicano são essencialmente acordos bilaterais que apoiam as atividades das empresas chinesas. Isto incluiu um empréstimo concessional de US$ 50 milhões, cuja primeira parcela de US$ 30 milhões foi colocada sob a gestão do Gabinete do Plano de Desenvolvimento do Zambeze (GPZ), que serviu para a construção de três fábricas de agro processamento (algodão, arroz e milho) nas províncias de Manica, Zambézia e Tete e o restante, no valor equivalente a US$ 20 milhões, foi utilizado para a importação de equipamento agrícola da China. O objetivo global era ajudar os agricultores locais a melhorar a produção com a intenção de fornecer produção para as fábricas (BRÄUTIGAM; ZHANG, 2013).

Em 2012, foram concedidos US$ 60 milhões de crédito a longo prazo para desenvolver um complexo agrícola no distrito de Chokwe, província de Gaza. O complexo agro-industrial de Chokwe visava desenvolver a criação de gado e a cultura do arroz, reabilitar a irrigação e desenvolver instalações de processamento. O projeto visa, igualmente, desenvolver várias atividades, incluindo uma unidade de transformação, embalagem e conservação; uma exploração pecuária e de transformação de gado; fábricas de transformação de arroz; reabilitação do sistema de irrigação e estabelecimento de uma unidade de manutenção de irrigação e centros de serviços agrícolas (MASA, 2018; MINEC, 2018).

Pode-se argumentar que a China, com 20% da população mundial e com apenas 8% das terras cultiváveis, procura, no setor agrícola moçambicano, uma relação de cooperação que visa suprir parte do seu déficit interno, tanto de produtos alimentares para o consumo humano e animal bem como agrícolas não-alimentares. Como tal, nota-se em Moçambique a ocorrência de inúmeros investimentos chineses para a produção de culturas de arroz, supostamente para alimentar a população chinesa, a produção de culturas-chave de rendimento e o investimento ao longo das cadeias de valor agrícola, incluindo processamento, maquinaria e fornecimento de fatores de produção, incluindo construção de infraestruturas de transportes e comunicação (KAPLINSK; MCCORMICK; MORRIS 2007; BRAUTIGAM, 2015).

Para satisfazer o consumo humano, a China solicitaria ao governo moçambicano o arrendamento de grandes extensões de terra para a criação de gado e cultivo de arroz, destinados ao mercado chinês e a cidadãos chineses residentes em Moçambique e outros países da região. Nesse contexto, os chineses esperavam aumentar a produção de arroz

moçambicana de 100 mil para 500 mil toneladas por ano, com o objetivo de exportar excedentes para os mercados chineses. Mas, não foi isso o que se assistiu, com a emergência das críticas por parte da sociedade civil no ProSAVANA, no norte de Moçambique, a intenção da China de instalar a grande fazenda de arroz no Vale do Zambeze para responder a sua demanda, acabou não avançando. Brautigam e Ekman (2012) desmistificam os contornos desse projeto chinês agrícola afirmando não existir grandes projetos, mas apenas produções chinesas de pequena propriedade, com exceção da construção pela China de três fábricas de processamento agrícola de arroz e outras culturas nas províncias de Manica e Tete.

Nas culturas de rendimento, os biocombustíveis e o algodão também passaram a ser consideradas como outras áreas de grande interesse da cooperação chinesa em Moçambique. A expectativa da China era que Moçambique poderia produzir o equivalente a três milhões de barris de biocombustíveis por dia, cujo excedente serviria para a exportação. Porém, as críticas internacionais sobre a competição entre os biocombustíveis e os alimentos e a descoberta de grande quantidade de gás natural na bacia do Rovuma levaria Moçambique a recuar do projeto de produção dos biocombustíveis. Nas culturas de algodão, a empresa privada China Africa Cotton Company, uma das maiores companhias moçambicanas, passou a fornecer sementes e capital inicial aos agricultores de algodão e a contratar os agro-técnicos chineses para ajudar no processo de plantação. No período de safra, a companhia estabelece centenas de estações de compra nas aldeias vizinhas para recolher as colheitas dos agricultores (que são obrigados a vender à empresa) e é responsável pelo transporte do algodão para a fábrica de descaroçamento na cidade portuária da Beira. Uma vez que Moçambique é parte de vários acordos comerciais preferenciais com a União Europeia e com os Estados Unidos, a China enxerga este ambiente como oportunidade para exportar os seus produtos agrícolas a partir das facilidades oferecidas a Moçambique no mercado internacional, combinadas com a relativa proximidade de mercados europeus (KAPLINSKY; MCCORMICK; MORRIS, 2007; BRAUTIGAM, 2015).

Podemos dizer, portanto, que, por trás da cooperação em agricultura da China em Moçambique, repousam três narrativas contraditórias: a narrativa de "parceiro de desenvolvimento", que enfatiza na troca de experiências, transferência de tecnologia e capacitação dos agrônomos moçambicanos para a transformação do setor agrário, a narrativa do novo colonizador que tenta expropriar a terra dos camponeses, e a narrativa de benefícios para o país em termos da sua capacidade de exportação.

## Infraestrutura

O início do século XXI foi caracterizado por acelerada progressão e sedimentação de investimentos chineses nas infraestruturas de Moçambique. Beneficiando-se dos preços competitivos praticados por suas empresas nos concursos de construção de infraestruturas públicas e de transportes e comunicações, da mão-de-obra de baixo custo, materiais de construção baratos e apoio político, a China torna-se um dos países mais influentes em Moçambique ao considerarmos o setor de infraestruturas. Em quase todos os editais do subsetor de infraestruturas de transportes e comunicações anunciados pelo governo moçambicano, mesmo aqueles sob o financiamento do Banco Mundial, as empresas chinesas têm sido as vencedoras. Cerca de 60% das infraestruturas moçambicanas foram construídas, reconstruídas ou estão em construção por empresas chinesas e, atualmente, pelo menos 30 construtoras têm representação na cidade de Maputo (CORREIA, 2010; ROQUE; ALDEN, 2012). A lista das infraestruturas que endossa o grau de envolvimento chinês no subsetor é extensa e contempla obras de construção de estradas, pontes, ferrovias, obras-públicas e privadas, estádio de futebol e usinas elétricas, conforme resume o quadro que se segue.

**Quadro 1**- Projetos chineses de infraestruturas de transporte e comunicação em Moçambique

| Descrição do projeto | Ano | Empresas executoras |
|---|---|---|
| Reabilitação do troço Muxunguè- Inchope | 2006 | CHICO |
| Xai-Xai- Chissibuca | 2006 | CHICO |
| Construção da estrada alcatroada Chitima- Mágoé | 2008 | CHICO |
| Estrada "Circular de Maputo" | 2012 | CRBC |
| Ponte Maputo-KaTembe | 2018 | CRBC |
| Ponte de Moamba | 2018 | CRBC |
| Ponte sobre o Rio Incomáti | 2015 | CRBC |
| Ponte da Unidade Nacional | 2010 | CHICO |
| Ponte do Rio Save | 2018 | CRBC |
| Reabilitação aeródromo de Vilanculos | 2012 | AFECC |
| Construção dos ramais Chibuto – Jangamo e Chibuto-Inharrime | 2013 | CREC |
| Porto de Cabotagem em Chongoene | 2014 | CREC |
| Reabilitação do porto de pesca da Beira | 2014 | CHEC |
| Aeroporto Felipe Jacinto Nyusi (Gaza) | 2021 | AVIC |

Fonte: Jansson; Kiala (2009); Nielsen (2012); MINEC (2018); Macauhub (2018).

A reabilitação do trecho Muxunguè (província de Sofala) e Inchope (província de Manica), na rodovia nacional número 1 que liga o país do extremo Norte ao Sul, foi um dos

primeiros investimentos chineses na componente das infraestruturas de transporte e comunicação neste século. Este projeto foi implementado em 2006 e compreendeu a reconstrução de 154 quilômetros. O valor investido no projeto foi de US$3,7 milhões e a execução foi realizada pela empresa China Henan International Cooperation Group (CHICO). Na sequência, a mesma companhia, e no mesmo ano de 2006, ganharia a licitação para reconstruir e modernizar 96 quilômetros do trajeto que liga Xai-Xai a Chissibuca, na província de Inhambane, projeto orçado em US$40 milhões. Em 2008, CHICO venceu um concurso para construção de uma estrada de raiz com cerca de 200 quilômetros, que liga os distritos de Chitima e Mágoé, província de Tete (JANSSON; KIALA, 2009).

Concomitantemente, visando reduzir o tráfego urbano de viaturas na capital do país, a China Road and Bridge Corporation (CRBC) adjudicaria obras para a construção e reabilitação de 74 quilômetros na cintura da cidade de Maputo e com interseção na EN1, que viria a se chamar da circular. A infraestrutura custou cerca de US$400 milhões e insere-se ao abrigo dos acordos assinados em 2012 entre os governos de Moçambique e da China através do seu o banco estatal Exim-Bank (NIELSEN, 2012). A mesma companhia viria a ser contratada para construir a Ponte Maputo-KaTembe, localizada na baía de Maputo. Inaugurado em 2018, este projeto foi orçado em US$726 milhões, dos quais 85% financiado através do crédito concessionário do Exim-Bank da China, a ser pago num período de 20 anos. É a maior ponte suspensa da África construída nos últimos anos e possui sete quilômetros de comprimento, uma extensão de 3.041 metros de largura, duas faixas de rodagem e 60 metros de altura, símbolo da representação chinesa em Moçambique (NIELSEN, 2012; MINEC, 2018). A ampliação e modernização do aeroporto internacional de Mavalane (US$65 milhões) e do aeroporto de Vilanculos (cujo plano é atrair um milhão de turistas chineses nas próximas décadas) também constituem uma das bandeiras chinesas em Moçambique (NIELSEN, 2012; ABDENUR, 2015).

No setor ferroviário, o Grupo Ferroviário Internacional da China e Moçambique assinou, em 2018, o acordo que previa a construção do porto de Cabotagem em Chongoene e a ligação ferroviária ao corredor do Limpopo, em Macarretane, bem como os ramais para os projetos estruturantes de áreas pesadas de Chibuto, na província de Gaza e de Jangamo, em Inhambane. Estes projetos estão estimados em US$3 bilhões (MACAUHUB, 2018).

**Quadro 2**- Projetos chineses em Moçambique no setor de infraestrutura

| Descrição do projeto | Ano | Executora |
|---|---|---|
| Centro de Conferência Internacional Joaquim Chissano | 2006 | AFECC |
| Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação | 2008 | AFECC |
| Complexo residencial das Forças Armadas de Defesa de Moçambique | 2012 | AFECC |
| Casas para oficiais dos Serviços de Inteligências e Segurança do Estado | 2018 | AFECC |
| 5.000 casas | 2015 | AFECC |
| Ministério da Juventude e Desporto, o Ministério do Turismo, Ministério da Função Pública, Palácio da Justiça. | 2007 | China National Complete Plant Import & Export Corporation |
| Posto policial | 2013 | NA |
| Procuradoria-Geral da República | 2010 | NA |
| Estádio Nacional de Futebol de Zimpeto | 2014 | AFECC |
| Edifício do conselho de Ministros e reabilitação da Presidência da Republica | 2014 | NA |
| Sistema de abastecimento de água | NA | NA |
| Construção do Hotel Gloria, | 2010 | NA |
| Reabilitação do Hotel Polana | 2010 | NA |
| Construção de Maputo Shopping, | 2007 | NA |

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de dados de Robinson (2012); MINEC (2018).N/A – Não informado

Por meio de donativos e empréstimos bonificados, a China se envolveu, de forma significativa, na construção de habitações, edifícios públicos e de prestígio**.** Para além da sua participação na construção do edifício principal e anexo para gabinetes da Assembleia da República moçambicana, inaugurado em 2000 com custos estimados de US$20 milhões, construiu, em 2003, o Centro de Conferência Internacional Joaquim Chissano, com um investimento de US$5 milhões. Em 2004, edificou o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, com um orçamento de US$12 milhões, o complexo residencial das Forças Armadas de Defesa de Moçambique, com fundo de US$7 milhões, construiu casas para oficiais dos Serviços de Inteligências e Segurança do Estado, além de uma cidadela de classe média, contendo 5 mil casas no subúrbio de Maputo, e a Vila Olímpica de Zimpeto, com 848 apartamentos. Todas estas obras foram erguidas pela SOGECOA (Moçambique), filial moçambicana da *Anhui Foreign Economic Construction Co* (AFECC) (CORREIA, 2010; BUNKENBORG, 2012). Em 2007, a China construiu os edifícios dos Ministério da Juventude e Desporto, Ministério do Turismo, Ministério da Função Pública e o Palácio da Justiça. Localizado na Avenida 25 de setembro, na baixa da cidade de Maputo, este edifício tem 12 andares e lá funcionam o Tribunal de Polícia, o gabinete de representantes do Ministério Público, seções Civil, Comercial e Laboral do Tribunal Judicial de Maputo e está avaliado em

US$13 milhões. A AFECC construiu, igualmente, o edifício da Procuradoria-Geral da República, cujo montante de construção foi avaliado em US$40 milhões.

Em 2010, foi construído o Estádio Nacional de Futebol de Zimpeto, com capacidade calculada em 45 mil espectadores, projeto de US$70 milhões, também financiado pelo Governo chinês. Em 2012, construiu-se, junto do projeto Wanbao, a esquadra policial (NIELSEN, 2012). Em nível do saneamento básico e fornecimento de água, empresas chinesas participaram na reabilitação do sistema de saneamento nas cidades de Maputo, com um investimento de US$30 milhões, em Beira e Quelimane, US$15 milhões, e Nampula, US$5 milhões. Além disso, em 2008, a CHICO esteve envolvida na construção do sistema integrado de abastecimento de água em Chicamba, na província de Manica. Tal projeto consistiu na modernização e ampliação da unidade de captação de água na barragem de Chicamba Real, a construção de uma nova estação de tratamento de água e seis tanques de armazenamento de água, que fornece para as regiões de Chimoio, Gondola, Mania, Messica e Bandula. O empreendimento custou US$ 44,7 milhões de fundo proveniente do governo moçambicano e dos Países Baixos (MINEC, 2018**)**.

China, através do Exim-Bank, celebrou um acordo com Moçambique para a construção da hidrelétrica Mphanda Nkuwa com financiamento de US$2,3 bilhões. Apesar de o financiamento ser garantido pela China, a empresa responsável pela construção da hidrelétrica é a brasileira Camargo Corrêa, com outros parceiros moçambicanos (MACAUHUB, 2018).

Ainda que a China ingresse no setor de infraestruturas moçambicano, quer por via Estado sob a justificativa de que o Estado deve desempenhar um papel fundamental na promoção do desenvolvimento, quer por meio de empresas ou a misturas de esquemas, pode-se argumentar que a motivação está em seus interesses nacionais (TAN-MULLINS; MOHAN; POWER, 2010). A China explora a construção das infraestruturas em Moçambique, e em África no geral, como um mecanismo de acesso a matérias-primas, incluindo produtos agrícolas, de acesso de mercado para os seus produtos e de exportação da mão-de-obra. A presença chinesa na área da construção e a sua agressividade em termos de preços competem com os negócios das empresas europeias, sul-africanas e moçambicanas e revela a importância estratégica desempenhada pelo setor para o país. Estas empresas concorrerem desde obras de pequeno porte, tradicionalmente a cargo das empresas nacionais, até as grandes obras (BRAUTIGAM, 2009; GU *et al*, 2016).

O investimento em projeto de construção ou reconstrução de infraestruturas de corredores de rotas de transporte ganha igualmente importância para a China pelo fato de quase metade dos Estados na região da SADC que se localizam no interior requererem ligações regionais eficientes para terem acesso ao mar, podendo simultaneamente a China se beneficiar com a facilitação do acesso aos mercados dos países do *hinterland* e no escoamento de matérias-primas, principalmente a partir da Zâmbia, Zimbabué e África do Sul, países onde Pequim possui grandes investimento, para os portos moçambicanos. É exemplo disso a construção da Estrada da Ponta de Ouro–Maputo, que facilita o trânsito de produtos da África do Sul para o porto de Maputo, e a estrada Magoé-Chitima, cujo desiderato é acomodar os interesses agrícolas da China sobre o Vale do Zambeze (EKMAN, 2012).

Há igualmente percepções na literatura segundo as quais os projetos de infraestruturas financiados pelo governo de Pequim através de empréstimos ou ajuda financeira, quer a Moçambique ou a outros países africanos, são tidos como chamariz de outras empresas chinesas para o mercado nacional. Após estas chegarem a Moçambique, passam a participar em projetos ganhos em diversos concursos internacionais, financiados por diversas agências. Após estas empresas se estabelecerem localmente, tornam-se investidoras, concorrendo a projetos financiados pelo setor privado e alargando a sua atividade para outros setores, não só em Moçambique, mas também para o resto da região (BUNKENBORG, 2012).

A construção ou financiamento de novas infraestruturas pelo governo chinês em Moçambique impacta também o comércio de insumos entre os dois países. Por um lado, a China ganha acesso a recursos florestais (madeira), recursos pesqueiros e outros tipos de recursos naturais (MACQUEEN, 2018; TAN-MULLINS; MOHAN; POWER, 2010). Por outro, a China usa os projetos de construção de infraestruturas para a exportação de material de construção, equipamento e recursos humanos para Moçambique. Há evidências empíricas bem documentadas que mostram que a maioria das empresas construtoras chinesas em Maputo opera com um número de funcionários estrangeiros acima do previsto pelo Ministério de Trabalho. Este fato limita as oportunidades de acesso de emprego criadas para os trabalhadores nacionais em detrimento da China, o que causa ressentimentos dos moçambicanos, que esperavam que o aumento dos investimentos no setor de infraestruturas gerasse oportunidades de emprego (FEIJÓ, 2010, NIELSEN, 2012). Um caso representativo

do comportamento das empresas chinesas em Moçambique pode ser elucidado no projeto de reabilitação e modernização da estrada nacional número um (EN1) no troço Xai Xai - Chissubuca, pelo consórcio chinês CHICO onde, dos 261 moçambicanos envolvidos nas obras, apenas 103 tinham vínculos contratuais assinado com a empresa. No referido projeto, os trabalhadores com contrato assinado com a empresa recebiam três mil meticais e os que não tinham contrato auferiam um salário de dois mil meticais (NIELSEN, 2012).

Os empréstimos chineses concedidos a Moçambique são condicionados, não em termos macroeconómicos ou políticos como foi o caso de ocidente, devendo sempre estar vinculados às empresas chinesas. Um exemplo é a obrigatoriedade imposta pelo banco chinês Exim-Bank de que 70% do valor emprestado às empresas chinesas que operam fora do território chinês seja gasto na China na compra do material e aquisição de serviços. Como resultado deste regulamento, quase tudo, desde cimento e pregos para as obras construídas por empreiteiros chineses em Moçambique, são importados da China, garantindo que uma grande parte do dinheiro do empréstimo retorne à economia doméstica chinesa (TAN-MULLINS; MOHAN; POWER, 2010).

Com essa estratégia, a China estaria a reimportar grande parte de recursos teoricamente investidos em Moçambique, o que parece rentável para a economia chinesa em detrimento do desenvolvimento de Moçambique. Não obstante os discursos fascinantes da liderança chinesa segundo a qual ao fornecer ajuda a outros países, o objetivo do governo não é tornar os países receptores dependentes da China, mas ajudá-los a embarcar no caminho da autoconfiança e do desenvolvimento econômico independente (BRAUTIGAM, 2008; TAN-MULLINS, MOHAN; POWER, 2010).

Portanto, as infraestruturas também jogam um papel diplomático forte para a China. Brautigam (2008) observa o papel da construção das infraestruturas como *soft power* da China com os governos locais, dando visibilidade ao país no sistema internacional e ao governo receptor junto à sua população.

**Saúde**

A saúde se mostra um setor importante dentro da agenda de cooperação internacional para o desenvolvimento da China com Moçambique, com ação enfática a integrar abordagens de uma parceria horizontal-solidária que busca a partilha de

experiências exitosas, conhecimentos técnicos, tecnologia, formação e capacitação de recursos humanos, envio de especialistas, fornecimento de bens e equipamentos clínicos e construção de infraestruturas sanitárias. Diferentemente dos setores de agricultura e infraestrutura, a China engendrou, em Moçambique, uma modalidade cooperativa circunscrita a projetos, que normalmente não envolvem assistência financeira (ROQUE, 2012, WANG, SUN, 2014).

A China consignou a sua ajuda baseada em seis categorias: i) envio de equipes médicas, ii) construção de infraestruturas hospitalares, iii) doação de medicamentos e equipamentos, iv) fornecimento de treinamento de pessoal de saúde, v) controle da malária, e vi) medicina tradicional (MINEC, 2018; ZUGUO, 2018).

A expedição de equipes médicas constitui uma das modalidades de assistência sanitária mais antigas e bem-sucedidas na história das relações sino-africanas. A sua genealogia data de 1963, quando a China enviou a sua primeira missão à Argélia. A partir de então, esta ação passou a constituir uma das modalidades de cooperação com todos os países africanos (ZUGUO, 2018; BUNKENBORG, 2012; WANG, SUN, 2014). Moçambique recebeu a primeira missão em 1976. Estima-se que mais de 250 médicos tenham trabalhado no país, tendo, durante esse período, atendido mais de 1,5 milhão de pessoas (ROQUE; ALDEN, 2012). Para além das missões históricas de intercâmbio dos médicos, a China procurou incrementar e adotar uma abordagem mais diversificada de assistência em saúde, fornecendo equipes médicas que participam em vários programas, tais como a campanha *Brightness Action* e doenças infecciosas, incluindo AIDS (GARCIA, 2020).

As principais investidas chinesas na área de infraestrutura e equipamentos de saúde são as obras de reabilitação do hospital provincial da Beira e a construção da residência para acomodar as equipes médicas chinesas em serviço. A primeira infraestrutura inclui o bloco pediátrico contendo 250 leitos adicionais aos 800 leitos existentes e foi orçado em US$8,46 milhões. No último empreendimento, inclui um prédio de sete pisos, avaliado em US$4,9 milhões. Os dois empreendimentos foram financiados a título de doação pelo governo chinês e executado pela construtora chinesa, IRMS (MINEC, 2018). Na esfera de formação e capacitação, a China tem concedido a médicos e pessoal de saúde moçambicanos cursos de especialização. Dados oficiais do governo moçambicano apontam que, nos últimos anos, o Parque Industrial de Cooperação em Ciência e Tecnologia da Medicina Tradicional Chinesa entre Guangdong e Macau terão formado mais de 200 profissionais de saúde moçambicanos

na administração da medicina tradicional chinesa. São profissionais provenientes de 43 unidades de saúde das 11 províncias moçambicanas (ZUGUO, 2018).

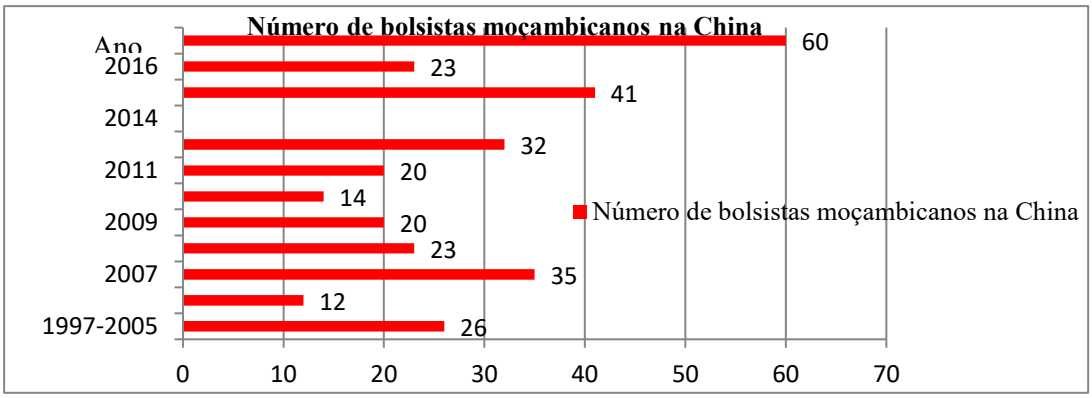
Existem várias razões que fundamentam os interesses em promover o setor de saúde na agenda da CID provida por China para Moçambique, mas duas podem ser apontadas como as principais. A primeira assenta na narrativa de solidariedade horizontal e humanitária, subjacentes ao desenvolvimento das capacidades das instituições e dos indivíduos por meio de fornecimento de subsídios para provocar mudanças estruturais, minimizar os problemas e melhorar as condições de saúde do país receptor de modo a tornar-se autônomo (WANG, SUN, 2014). No caso da China, a abordagem de solidariedade horizontal e humanitária pode ser encontrada nas mais variadas iniciativas de cooperação bilateral na área de saúde com Moçambique. Um dado interessante do intercâmbio dos médicos chineses em Moçambique é que estes, ao chegarem a Maput,o trabalham lado a lado com os seus colegas moçambicanos e de outras nacionalidades, o que ajuda na troca de experiências e aquisição de conhecimentos (WANG, SUN, 2014). Com a eclosão do novo coronavírus (Covid-19), embora o país asiático também estivesse a sofrer com os mesmos impactos da doença, enviou para vários países, incluindo Moçambique, equipamentos, materiais de proteção, testes médicos e especialistas para a troca de experiências (SILVA; LOBATO, 2020).

Porém, não é apenas o espírito de solidariedade horizontal e de compaixão que move a China a cooperar com Moçambique no campo de saúde. Muitas das ações estão aliadas a questões estratégicas do uso da saúde como meio para atingir outros fins, políticos e econômicos. A cooperação chinesa em saúde funciona em alguns casos como uma retribuição da generosidade africana pela ajuda prestada no seu regresso como membros da ONU. Porém, registre-se que os projetos são usados em determinadas situações como instrumentos de pressão (SILVA; LOBATO, 2020). Após Moçambique condenar a invasão chinesa ao Vietnam e não ter condenado a invasão soviética ao Afeganistão em 1979, o embaixador chinês em Maputo deixa o país juntamente com a equipe médica (ROQUE; ALDEN, 2012). Esta retirada dos médicos devido ao incidente político-diplomático questiona a abordagem de solidariedade humanitária como única justificativa da assistência sanitária chinesa em Moçambique (CHICHAVA, 2012).

## Educação

A ajuda educacional chinesa a Moçambique resulta de dois tipos de compromissos, um de âmbito bilateral assumido por meio do acordo geral assinado em 1975, e outro de âmbito multilateral, como o FOCAC e o Fórum de Macau. Em tais arranjos, Pequim expressa o seu apoio à educação por meio de concessão de cursos de curta e longa duração; intercâmbio de estudantes e envio de professores e jovens voluntários; parcerias entre instituições de ensino superior (IES); ensino do mandarim e construção de infraestruturas educacionais (NJAL, 2012). Na dimensão de formação de longa duração, são oferecidas bolsas de estudo para o desenvolvimento de recursos humanos. Entre 2003 e 2005 apenas quatro estudantes moçambicanos haviam recebido bolsas de estudo do governo chinês para prosseguir com os seus estudos superiores em suas universidades. Entretanto, a partir de 2006, com a realização do IV FOCAC e a visita a Moçambique de Hu Jintao em 2007, há um aumento da quantidade de bolsas de estudo destinadas aos estudantes moçambicanos na China, passando de 12, em 2006, para 35, em 2007. Um sinal semelhante aconteceu em 2012, um ano após a visita de Li Changchun, quando aChina incrementaria a quantidade de bolsas destinadas a Moçambique passando de 20 para 32 bolsas tal como evidencia a figura a seguir.

**Figura 1**- Número de bolsistas moçambicanos na China




Fonte: Adaptado pelos autores a partir de dados do MINEC, 2018

No âmbito de cursos de curta duração, todos os anos cerca de 100 profissionais moçambicanos são beneficiados por alguma formação conduzida pelas autoridades chinesas em diversas áreas. O fato de Moçambique ser membro de dois fóruns, ambos coordenados pela China, faz do país um dos maiores beneficiários das promessas que versam sobre a

melhoria da capacidade de trabalhadores africanos. Por exemplo, no segundo FOCAC, a China prometeu treinar 15 mil trabalhadores africanos no período entre 2007 e 2009. Dessa promessa, estima-se que 438 moçambicanos tenham recebido treinamento (CHICHAVA, 2010; NJAL, 2012).

A par da concessão de bolsas de estudo, a China adotou uma série de esquemas de colaboração interuniversitárias das quais, "20+20" e a instalação do Instituto Confucius. A cooperação 20+20, também conhecida como aprendizado bidirecional, é um dos esquemas recentes e dominantes dentro da agenda de CID da China em Moçambique, tendo sido adotado em 2009 durante o IV FOCAC (FOCAC, 2009). Este programa consiste no intercâmbio entre vinte universidades ou faculdades chinesas com as congêneres vinte universidades ou faculdades africanas. Em Moçambique, quatro universidades chinesas (Guangdong, Hubei, Sichuan e Zhejiang) passaram a cooperar com duas universidades moçambicanas, Universidade Eduardo Mondlane (UEM) e a Universidade São Tomás de Moçambique (FOCAC, 2009; UEM, 2015). O modelo cooperativo "20+20" veio reforçar as dinâmicas colaborativas já existentes na área de ensino superior. Apesar dessas modalidades de cooperação entre instituições de ensino superior chinesas e moçambicanas, o movimento de estudantes é unidirecional, de Moçambique para China, sendo que as universidades moçambicanas não acolhem nenhum estudante da China sob qualquer forma de acordo oficial.

Há também diversas ações educativas da China em Moçambique apoiadas por empresas chinesas no contexto de responsabilidade social empresarial. Um exemplo é a criação, em 2010, pelo o Grupo China Kingho, empresa que opera no setor carbonífero em Moatize, de um fundo educacional para financiar 100 bolsas de estudo em cursos de engenharia de mineração e língua chinesa, que serviriam como tradutores e intérpretes na empresa patrocinadora (NJAL, 2012). A construção de infraestruturas educacionais (escolas primárias e secundárias) como parte da agenda de cooperação chinesa é fornecida no contexto da FOCAC, Fórum de Macau, cooperação bilateral e de responsabilidade social corporativa das empresas chinesas em Moçambique. Desde 2006 registra-se em Moçambique o aumento do número de escolas construídas pelos chineses. Neste contexto, foram construídas escolas secundárias (nas províncias de Niassa e Gaza), escola primária no Niassa e escolas técnicas (na província de Nampula e Cidade de Maputo), cujo custo foi de US$700 mil cada (NJAL, 2012; BRAUTIGAM, 2008).

A principal justificativa para a CID chinesa em educação está aliada ao desenvolvimento do capital humano moçambicano. As autoridades chinesas entendem que é somente com pessoal qualificado nos países em desenvolvimento, incluindo Moçambique, que a China e seus nacionais podem se beneficiar de um ambiente mais flexível e eficiente, prático, menos corrupto, seguro e propício aos negócios (NJAL, 2012). A construção das escolas primárias e secundárias por parte do governo chinês, ou por suas empresas, oferecidas ao governo de Moçambique em forma de doação, representa uma enorme contribuição para Moçambique, uma vez que ajudam não só na melhoria da qualidade de ensino, mas também reduzem longas distâncias e horas percorridas pelas crianças para chegar à escola (NJAL, 2012). A cooperação em educação constitui também um meio para o alcance dos interesses materiais e de projeção de identidade, expresso pelas autoridades chinesas como uma porta aberta para os moçambicanos conhecerem com mais pormenores os contornos da cultura chinesa. Sob essa percepção, a educação se torna um instrumento para alcançar o *soft power*, oferecendo bolsas de estudo diretas ou por meio de ensino de língua e cultura.

## CONCLUSÃO

A China coopera com Moçambique desde a época da luta de libertação dos povos africanos. Com a independência de Moçambique em 1975, a China passou a cooperar com aquele país africano nos campos político-diplomáticos, agrícola e de saúde e intensifica-se nesse período o intercâmbio de visitas oficiais. Todavia, foi no período entre 2000 a 2020 que a China passou a assumir uma posição dominante dentro da CID com Moçambique, passando a usar uma abordagem diferente daquela observada na CID de países ocidentais.

Para além de não condicionar a sua assistência em termos macroeconômicos, de democracia e de governança, a ajuda chinesa a Moçambique se notabilizou na construção do Centro de Demonstração de Tecnologia Agrícola, em Boane, no projeto Wanbao, em Xai-Xai, no treinamento aos agrônomos, na construção de infraestruturas, no envio de médicos e concessão de bolsas de estudos, o que tornaria Moçambique um dos principais beneficiários da cooperação chinesa. Apesar disso, a cooperação chinesa em Moçambique apresenta um circuito borrado entre investimentos e projetos de cooperação.

REFERÊNCIAS

ABDENUR, A. E. **China in Africa, viewed from Brazil**. Cambridge: The Journal of Asian Studies, 2015.

ALDEN, C. LARGE, D. **New Directions in Africa-China Studies**. London: Routledge, 2019.

ALDEN, C. **Through African Eyes**: Representations of China on the African continent. London: LSE, 2006.

BRAUTIGAM, D. **China into Africa**: trade, aid and influence. Washington DC: Brooking Institution Press, 2008.

BRAUTIGAM, D. **Chinese Development Aid in Africa**: What, where, why, and how much? Maryland: Johns Hopkins University- SAIS, 2011.

BRAUTIGAM, D. **The Dragon's Gift**: The Real Story of China in Africa. London: Oxford: University Press, 2009.

BRAUTIGAM, D. **Will Africa feed China?** Oxford: Oxford University Press, 2015.

BRÄUTIGAM, D. ZHANG, H. Green Dreams: Myth and Reality in China's Agricultural Investment in Africa. **Third World Quarterly**, Vol. 34, No. 9, special issue: global land grabs, 2013.

BRAUTIGAM, D.; EKMAN, S. **Briefing rumours and realities of chinese agricultural engagement in Mozambique.** London: Oxford University Press, 2012.

BUNKENBORG. Mikkel. Será tudo parte de um grande plano? Encontros etnográficos com os chineses em Moçambique. *In*: CHICHAVA, S. e ALDEL, C. (org). **A Mamba e o Dragão Relações Moçambique-China em perspectiva.** Maputo: IESE, SAIIA, 2012, p.81-98.

CHICHAVA, S. DURAN J, CABRAL L, SHANKLAND A, BUCKLEY L.; TANG L; ZHANG Y. **Chinese and Brazilian cooperation with African agriculture**: The case of Mozambique. Working paper 049. Brighton, UK: Future Agricultures, 2013.

CHICHAVA, S. Impacto e significado do investimento chinês em Moçambique, 2000-2010, *In*: CHICHAVA, S.; ALDEL, C. (org). **A Mamba e o Dragão Relações Moçambique-China em perspectiva**. Maputo: IESE, SAIIA, 2012, p.33-48.

CHICHAVA, S. Moçambique na Rota da China: Uma oportunidade para o desenvolvimento? *In*: BRITO, L.; CASTEL-BRANCO, C. CHICHAVA, S.; FORQUILHA, S. FRANCISCO, A. (org). **Desafios para Moçambique 2010**. Maputo: IESE, 2010, p.337-357.

CHICHAVA, S. As economias "emergentes" no sector agricola mocambicano: leituras, implicacoes e desafios. *In*: CHICHAVA, Sérgio; FRANCISCO, A. (org.). **Economias "Emergentes" Desafios para Moçambique**. Maputo: IESE, 2011.

CORREIA, C. **Modelo de cooperação da China para África**: análise de um estudo de caso em Moçambique. Dissertação (Mestrado) - ISCTE-IUL, Lisboa, ISCTE-IUL, 2010

CUNGUARA; B.; HANLON, J. **O fracasso na redução da pobreza em Moçambique**, Crisis States Reseach Centre. London: Destin ISE, 2010.

DÚRAN, J.; CHICHAVA, S. Centro de Investigação e Transferências de Tecnologias Agrárias de Umbelúzi. **A história de um 'presente' chinês a Moçambique**. Maputo: IESE, 2012.

EKMAN, S.M.S. Mito e Realidade: O envolvimento chinês no setor Agrícola em Moçambique. *In*: CHICHAVA, S.; ALDEL, C. (org). **A Mamba e o Dragão Relações Moçambique-China em perspectiva**. Maputo: IESE, SAIIA, 2012, p.99-124.

FEIJÓ, J. **Perspectivas moçambicanas sobre a presença chinesa em Moçambique**: uma análise comparativa de discursos de entidades governamentais, de um blog e de trabalhadores moçambicanos de Maputo. Maputo: IESE, 2010.

FOCAC. China, Ministry of Foreign Affairs (2009) **Forum on China-Africa Cooperation Sharm El Sheikh Action Plan (2010-2012),** 8-9 November 2009, Sharm El Sheikh, www.focac.org/eng/ltda/dsjbzjhy/hywj/t626387.htm

GARCIA, Francisco Proença. China's economic presence in Mozambique. **Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas**, v. 8, n. 3, p. 110-127, 2020.

GOVERNO DE MOÇAMBIQUE. **Presidente da República participa na Cimeira da FOCAC 2018**. Comunicado de Imprensa: Maputo, 2018.

GU, J., CHUANHONG, Z., VAZ, A.; MUKWEREZA, L. **Chinese State Capitalism?** Rethinking the role of the State and Business in Chinese Development Cooperation in Africa, vol. 81. Washington DC: World Development, 2016.

HOFMANN, K. **Moçambique no faroeste dos BRICS**: Investimentos arriscados dos países emergentes ou oportunidades para uma transformação económica? Berlim: Friedrich-Ebert Stiftung, 2015.

HON, T.; JANSSON, J.; SHELTON, G.; LIU, H.; BURKE, C.; KIALA, C. **Evaluating china's FOCAC commitments to africa and mapping the way ahead**. New York: Rockefeller Foundation, 2010.

HORTA, L. **China´s relations with Mozambique**: a mix blessing, Washington DC: Center for strategy and international studies, 2008.

JANSSON, J; KIALA, C. Patterns of Chinese investment, aid and trade in Mozambique. **Western Cape**, Centre for Chinese Studies, University of Stellenbosch, 2009.

JIANG, L.; HARDING, A.; ANSEEUW, W.; ALDEN, C. **Chinese Agricultural Demonstration Centers in Africa**: The new Business of Development. Pretoria: The Public Sphere, 2016.

KAPLINSKY, R., D.; MCCORMICK; M. MORRIS. **The Impact of China on SubSaharan Africa**. Institute of Development Studies, Working Paper 291. 2007.

MACAUHUB. **Moçambique e China projectam porto de cabotagem em Chongoene**. 3 sep. 2018. Available at: https://macauhub.com.mo/pt/2018/09/03/pt-mocambique-e-china-projectam-porto-de-cabotagem-em-chongoene/ . 15 de outubro de 2021.

MACQUEEN, D. China in Mozambique's forests: a review of issues and progress for livelihoods and sustainability. **Research report,** London, IIED, 2018

MADUREIRA, Maegarida. Mega-Projectos e transicao agrarian: o caso de do projrto wanbao –Moçambique Centro de Estudos África, Ásia e América Latina. **Lisboa school of economics & msnsgement**, Lisboa, 2014.

MENEZES, G. **As novas relações Sino-Africanas**: Desenvolvimento e implicações para o Brasil. Brasília: FUNAG, 2013.

MIGUEL, Ramos. **Incumprimento de pagamento da dívida pode levar China a confiscar ativos moçambicanos, alerta o CIP**. CIP: Maputo, 2020**.**

MINISTERIO DE AGRICULTURA E SEGURANÇA ALIMNETAR (MASA**). Matriz de Cooperação Moçambique-Brasil e Moçambique-China**. Maputo: MASA, 2018.

MINISTÉRIO DOS NEGOCIOS ESTRANGEIROS E COOPERAÇÃO (MINEC). **Matriz da cooperação**. Maputo: MINEC, 2018.

MUIANGA M; NORFOLK.S. **Chinese investment in Mozambique's forest sector**, 2017 https://pubs.iied.org/pdfs/13597IIED.pdf.

NIELSEN, M. Como não construir uma estrada: Uma análise etnográfica dos efeitos socioeconômicos de um projecto chinês de construção de infraestruturas em Moçambique. *In*: CHICHAVA, Sérgio; ALDEN, Chris. **A Mamba e o Dragão: Relações Moçambique-China em perspectiva.** (Orgs). Maputo: IESE, 2012, p. 61-79.

NJAL, J. **Chinese Aid to Education in Mozambique**. III Conferência Internacional do IESE Moçambique: acumulação e transformação em contexto de crise internacional. Maputo: IESE, 2012.

ROBINSON, D. A. **Chinese engagement with Africa**: The Case of Mozambique. Edith Cowan University, Australia, 2012.

ROQUE, P. C.; ALDEN, C. China em Moçambique: Prudência, Compromisso e Colaboração, *In*: CHICHAVA, S.; ALDEN, C. (orgs). **A Mamba e o Dragão: Relações Moçambique-China em perspectiva**. Maputo: IESE, 2012, p. 11-32.

ROQUE. P. C. **China in Mozambique**: A Cautious Approach Country Case Study. South African Institute of International Affairs, 2009.

SILVEIRA, A**. A: um depoimento**. Entrevistadoras: Maria Regina Soares de Lima e Monica Hirst. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

SOUSA, I.C. **A China e Moçambique**: uma relação emergente. Macau: Lusofonias, 2013.

STOLTE, C. **Brazil's Africa Strategy Role Conception and the Drive for International Status**. New York: Palgrave Macmillan, 2015.

TAN-MULLINS, MOHAN.; POWER, M. **Redefining 'Aid' in the China–Africa Context**. Oxford: Blackwell, .2010.

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE (UEM). **Relatório anual das atividades e financeiro**. UEM: Maputo, 2015.

WANG, X.; SUN, T. **China's engagement in global health governance**: A critical analysis of China's assistance to the health sector of Africa. Tianjin: Zhou Enlai School of Government, Nankai University, 2014.

XU, X.; LI, X.; QI, G.; TANG, L.; MUKWEREZA, L. **Science, Technology, and the Politics of Knowledge**: The Case of China's Agricultural Technology Demonstration Centers in Africa. World Development. Volume 81, Pages 82 – 91; 2016.

ZHOU, J; HE, W. ***Chinese cooperation in Mozambique and Angola****: A focus on agriculture and health*. BRICS Policy Center Papers, *2*(3). Rio de Janeiro: BRICS Policy Center, 2014.

ZUGUO, N. O primeiro grupo de peritos médicos militares da China a ajudar Moçambique regressa a casa depois de uma missão bem-sucedida. **Zhang Shuo**, 2018.

## Dados dos autores

Tomé Fernando Bambo

Doutor e Mestre em Relações Internacionais pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. Email: bambson1@gmail.com

Adriana Schor

Professora Associada do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo. Email: aschor@usp.br.